

Entre o ceticismo e o naturalismo na Filosofia de David Hume

Between skepticism and naturalism in Philosophy of David Hume

Cleber de Lira Farias
Mestrando em Filosofia PPGLM/UFRJ

RESUMO: A investigação tem como propósito desvendar o papel fundamental da noção de crença na filosofia de David Hume. Orientada por uma minuciosa análise das duas perspectivas, ceticismo e naturalismo, de interpretação na obra humeana, de modo a evitar uma posição reducionista, chegando, assim, a uma verdadeira noção de crença, orientado pelo esforço e atenção de acompanhar a dinâmica interna da obra.

PALAVRAS-CHAVE: CONHECIMENTO; CETICISMO; NATURALISMO; CRENÇA; CAUSALIDADE

ABSTRACT: The research regarding the theory of knowledge proposed by David Hume have as objective to unviel the fundamental role that the notion of faith has on man. It is understood, therefore, that such a belief should be guided by a thorough analysis of two perspectives, skepticism and naturalism, interpretation of human work, in order to avoid a reductionist position, thereby a true notion of belief, oriented by effort and attention to monitor the internal dynamics of the work.

KEYWORDS: KNOWLEDGE; SKEPTICISM; NATURALISM; BELIEF; CAUSALITY

INTRODUÇÃO

O empirismo apresentado por David Hume visa compreender o caráter cognoscitivo do homem em sua origem e natureza. Para tanto, através de suas obras *Tratado da Natureza Humana e*

Investigações Acerca do Entendimento Humano, inicia sua teoria distinguindo as percepções do homem em impressões e ideias. Desta distinção, irá formular seu sistema epistêmico, que chega ao auge através dos denominados princípios associativos das ideias na mente humana. O princípio de maior influência é o de causa e efeito que, levado pela repetição dos objetos, consequentemente infere uma relação entre eles, e, deste modo, devido ao hábito e ao costume que se estabelece, a formação do sentimento de crença na mente humana. Isto posto, verifica-se que a crença gerada é resultado da associação mental que, por sua vez, carece de certeza e/ou verificação empírica.

A fim de estudar a fundo a epistemologia humeana, despontam-se duas correntes que avaliam esta filosofia, a primeira defendendo uma tendência mais cética, e outra com uma tendência mais naturalista, porém nenhuma delas em suas perspectivas nega a crítica humeana em relação à metafísica tradicional como forma de conhecimento.

A primeira posição, mais conhecida por ser uma interpretação tradicional da filosofia de Hume, propõe uma leitura, se tratando do conhecimento, tanto do *Tratado* como das *Investigações*, de modo cético, por negar a realidade objetiva do princípio de causa e efeito, do mundo e do homem.

A segunda posição, considerada a mais recente, propõe uma leitura mais naturalista deste autor, tendo em vista que a contribuição dele, diferentemente de como observam os defensores de um ceticismo, não é de destruir as possibilidades do conhecimento, mas de desvendar e ressaltar que o papel dos instintos e as crenças são benéficos para a vida do homem.

Deste modo, através da análise da teoria do conhecimento elaborada por Hume acerca da crítica à metafísica tradicional, por meio da reconstrução da fundamentação do princípio de causalidade, pretende-se investigar qual é a sua posição acerca da crença para conhecimento. Entretanto, em meio a essas duas correntes da perspectiva de estudo humeano – ceticismo e naturalismo – permanece, contudo, um desafio exegético de entender como ele o fez, desafio este fundamental na tentativa de compreensão do conhecimento humano, e, para tal, objetiva-se com este trabalho tentar desvendar o papel fundamental que a noção de crença tem para o homem, a qual deve ser orientada por uma minuciosa análise das duas perspectivas de interpretação na obra humeana, de modo a evitar uma posição reducionista, chegando, assim, a uma verdadeira noção de

crença, orientado pelo esforço e atenção de acompanhar a dinâmica interna das obras supracitadas.

O que se pretende, portanto, é a atualização do vigor desse sistema epistêmico em particular, e através de suas interpretações por meio da problematização de questões e demarcação de pontos de discussão, de aproximação e de desvio entre as mesmas. Sendo assim, é, pois, a principal motriz deste estudo, a contribuição para uma discussão acadêmica mais original e abrangente, que antecede e ultrapassa o escopo do conjunto da obra humeana relativa à contemporaneidade.

1. Análise da origem do conceito de crença

David Hume inicia seu sistema filosófico, como a maioria dos filósofos modernos, não querendo fazer uma ontologia, porém seu esforço está voltado em desvendar a origem do conhecimento humano, ou seja, como se originam as ideias e as crenças que permeiam a mente do homem. Em contraposição com o racionalismo, ele irá apoiar seu trabalho em relação aos demais filósofos empiristas com os quais sua obra dialoga, como Francis Bacon¹, John Locke² e George Berkeley³, que já defendiam a importância da experiência para

¹“A verdade não deve, porém, ser buscada na boa fortuna de uma época, que é inconstante, mas à luz da natureza e da experiência, que é eterna. Em vista disso, todo entusiasmo deve ser afastado e deve-se cuidar para que o intelecto não se desvie e seja por ele arrebatado em seus juízos” (BACON, 1984, p. 25).

²“Todas as nossas ideias derivam de uma ou de outra fonte. Parece-me que o entendimento não tem o menor vislumbre de quaisquer ideias se não as receber de uma das duas fontes. Os objetos externos suprem a mente com as ideias das qualidades sensíveis, que são todas as diferentes percepções produzidas em nós, e a mente supre o entendimento com ideias através de suas próprias operações” (LOCKE, 1978, p. 160).

³“É evidente a quem investiga o objeto do conhecimento humano haver ideias (1) atualmente impressas nos sentidos, ou (2) percebidas considerando as paixões e operações do espírito, ou finalmente (3) formadas com auxílio da memória e da imaginação, compondo, dividindo ou simplesmente representando as originariamente apreendidas pelo modo acima referido” (BERKELEY, 1992, p. 13).

o conhecimento, conforme afirma o antigo adágio latino: *Nihil est in intellectu quod ante fuerit in sensu*⁴. Em função do caráter epistêmico da filosofia humeana, ter-se-á uma abordagem que pretenda dar conta de uma análise exaustiva do *Tratado da Natureza Humana* e da *Investigação Acerca do Entendimento Humano*, não podendo deixar de situar esta escritura a partir do lugar que ela ocupa, bem como obedecer às questões que se formam em seu interior, assim como os impasses que surgem ao longo da tentativa de sua interpretação.

O estudo da noção de crença em Hume encaminha esta pesquisa ao encontro de uma epistemologia da natureza humana⁵. A intenção ao formular essa proposição é demarcar a crítica humeana à razão, que desenvolveu em seu sistema filosófico, desvencilhado de uma metafísica falsa e adulterada⁶, pretendendo, assim, fazer com que todos os homens cheguem ao conhecimento. O ponto de partida, proposto por Hume, é examinar seriamente a natureza do entendimento humano e mostrar, por meio de uma análise exata de suas faculdades e capacidades cognoscitivas do ser humano, ou seja, investigar com exatidão a natureza humana, uma metafísica que possibilite a compreensão crítica do mundo, alcançando um grau elevado de raciocínio, destruindo, por conseguinte, a metafísica dogmática⁷.

A partir deste princípio, este autor irá iniciar sua teoria afirmando que a fonte de todo o conhecimento é oriunda das percepções, dividindo-as em impressões e ideias⁸. As impressões são

⁴ Nada está no intelecto que não tenha passado antes pelos sentidos.

⁵ Entenda-se a noção de natureza humana como uma atividade cognitiva regular do homem acerca de fatos. Deste modo, a teoria do conhecimento humeana irá oferecer uma explicação pautada no empirismo para que a mente do homem tenha um conhecimento certo e seguro.

⁶ Cf. HUME, 1999, p. 92.

⁷ Cf. HUME, 1999, p. 92.

⁸ Logo no início do *Tratado*, Hume admite que as percepções do espírito humano reduzem-se a duas espécies diferentes ou distintas que são denominadas como impressões e ideias. As impressões são as percepções originárias, que se apresentam com maior força e vivacidade, exemplo disto são as sensações, paixões e emoções enquanto que as ideias são as imagens enfraquecidas que a memória armazena a partir das impressões. O próprio Hume enfatiza essa

as sensações mais vívidas de toda experiência sensível e as ideias, por sua vez, são cópias das impressões e são menos vivazes, por isso se diz que: “O pensamento mais vivo é sempre inferior à sensação mais embaçada”⁹. Desse modo, as impressões atingem a mente com grande intensidade e nela geram as ideias que preservam certo grau dessa intensidade. As ideias são mais tênues, embora sua importância dentro do quadro epistemológico humeano seja mais central, pois se tem em vista a noção de crença. As ideias, mesmo as mais complexas, derivam de alguma forma de alguma impressão, ou seja, para cada ideia há uma impressão correspondente, como afirma Hume “... todas as nossas ideias são cópias de impressões ou, em outras palavras, é-nos impossível pensar em algo que antes não tivéramos sentido, quer pelos nossos sentidos externos quer pelos internos”¹⁰. As ideias encaradas de um ponto de vista qualitativo podem ter esse grau de vivacidade intensificado, diferenciando-se das impressões nesse aspecto. As impressões apenas geram a ideia, não podendo ter sua natureza perceptiva modificada. Portanto, não podemos atribuir crença a uma impressão que sempre é forte; a crença é um sentimento que pode acompanhar apenas as ideias.

Para que se possa analisar a teoria do conhecimento em Hume deve-se levar em conta a divisão que ele propõe acerca do conhecimento humano em dois âmbitos, a saber: relações de ideias e relações de fato¹¹. Esse primeiro âmbito é obtido através do que se denomina raciocínio lógico, ou seja, o conhecimento sobre o qual podemos demonstrar sua verdade ou falsidade por meio de conceitos a priori, por isso, que se tratando de proposições que se obtém substancialmente baseando-nos no princípio da não-contradição¹². O segundo âmbito o qual Hume descreve é das relações de fato, em que

distinção: “As percepções da mente humana se reduzem a dois gêneros distintos, que chamarei de IMPRESSÕES e IDEIAS. A diferença entre estas consiste nos graus de força e vividez com que atingem a mente e penetram em nosso pensamento ou consciência” (HUME, 2009, p. 25). E mais: “Nossas ideias são copiadas de nossas impressões, representando-as em todas as suas partes” (HUME, 2009, p. 125).

⁹ HUME, 1989, p. 69.

¹⁰ HUME, 1989, p. 95.

¹¹ Cf. HUME, 1989, p. 95.

¹² Cf. HUME, 1989, p. 77; cf. SMITH, 1995, p. 74.

os fenômenos, eventos concretos da realidade, unem-se na relação causa e efeito. Por isso Hume coloca “O contrário de um fato qualquer é sempre possível, pois, além de jamais implicar uma contradição, o espírito o concebe com a mesma facilidade e distinção como se ele estivesse em completo acordo com a realidade”¹³. É, portanto, neste segundo campo de conhecimento que Hume concentra toda a sua investigação.

Como as ideias são armazenadas na memória, a imaginação tem o poder de fazer o que bem entender, pois tem acesso livre à memória, que preserva a força das ideias que a ela pertencem. A capacidade da memória de preservar a força inicial de uma ideia ocupa um lugar crucial na compreensão de como a crença é formada. Isso porque a força da ideia preservada pela memória transmite ao entendimento certa segurança acerca dos objetos que representam. Essa qualidade faz da memória um instrumento valioso na constituição da crença¹⁴. Sendo assim, como pode a imaginação desempenhar um papel chave na formação da crença? De acordo com Hume, “Sempre que a imaginação percebe uma diferença entre ideias, ela pode facilmente produzir uma separação”¹⁵.

A propriedade da imaginação é regulada por princípios universais da natureza humana, denominados princípios associativos, os quais associam as ideias presentes na memória fazendo com que a mente as perceba de modo regular e a elas atribua realidade. Sobre estes princípios, Hume nos fala: “Para mim, apenas há três princípios de conexão entre as ideias, a saber: de *semelhança*, de *contiguidade* – no tempo e no espaço – e de *causa* ou *efeito*”¹⁶. Este último princípio é que Hume irá investigar profundamente, visto que a partir dele o homem ultrapassa a experiência imediata induzindo, contudo, uma relação causal¹⁷. Cabe ressaltar a relevância maior da causalidade¹⁸, no que permeia a questão da noção de crença, por ser baseado nessa relação que o homem é levado a esperar que o futuro ocorra conforme

¹³ HUME, 1989, p. 77

¹⁴ Cf. HUME, 2009, p. 33-34.

¹⁵ HUME, 2009, p. 34.

¹⁶ HUME, 1989, p. 73.

¹⁷ “A relação de causalidade é uma inferência, feita pelo sujeito, que *ultrapassa* o que lhe é dado na experiência” (DANOWSKI, 1990, p. 7).

¹⁸ HUME, 2009, p. 36.

foi observado no passado, como afirma Hume: “(...) nenhuma relação produz uma conexão mais forte na fantasia e faz com que uma ideia evoque mais prontamente outra ideia que a relação de causa e efeito entre seus objetos.”¹⁹. A contiguidade e a semelhança atuam nesse processo exercendo uma função complementar, fortalecendo a execução da inferência. A inferência causal é a base do conhecimento acerca dos fatos e da crença em relação aos eventos observados na experiência, ou seja, é o fator primordial na consolidação dessa espécie de crença.

A causalidade é revelada na experiência, tendo em vista que através da sucessão dos acontecimentos a relação entre um objeto e sua causa é descoberta. Qualquer especulação de caráter racional carece quanto à investigação que busca verificar a justificação na relação de causalidade entre um objeto e outro. Nem mesmo pela análise minuciosa das qualidades essenciais dos objetos pode-se revelar o poder de inferir uma causalidade. Apenas a sucessão dos eventos permite ao homem conhecer a ligação causal entre os objetos: “Não há um só fenômeno, por mais simples que seja, que possa ser explicado pelas qualidades dos objetos tais como estas aparecem a nós, ou que pudéssemos prever sem a ajuda de nossa memória e experiência”²⁰.

A causalidade leva a mente a passar da impressão presente à ideia de forma automática, no sentido mecânico do termo. O hábito é o dispositivo cuja responsabilidade é colocar em funcionamento esse mecanismo. Isso porque é o hábito que faz com que a verificação do objeto, repetidas vezes na experiência, gere a expectativa do aparecimento do outro “(...) chamamos de *COSTUME* a tudo aquilo que procede de uma repetição passada sem nenhum novo raciocínio ou conclusão, (...)”²¹. Logo, verifica-se um “quarto princípio”, o hábito²²: impelido pela repetição dos fatos, o espírito conecta os fatos, gerando, por conseguinte, uma ideia de conexão necessária²³. A causalidade se envolve neste processo como disposição formadora dessa cadeia associativa, onde a crença surge como seu efeito.

¹⁹ HUME, 2009, p. 35.

²⁰ HUME, 2009, p. 98.

²¹ HUME, 2009, p. 133.

²² MONTEIRO, 2003, p. 109.

²³ Cf. HUME, 1999, p. 129.

A análise física dos objetos demonstra não ser possível determinar a qualidade responsável por gerar a ideia de conexão necessária entre dois objetos. Por conseguinte, a investigação saindo da esfera ontológica volta-se à reflexão sobre as operações da mente, pois o resultado da influência do hábito é fazer com que a mente, ao se deparar com determinado objeto (impressão presente), espere, necessariamente, o aparecimento daquele outro, o qual se verificou pela repetição estar ligado ao primeiro, agindo antes que a mente possa fazer uma reflexão²⁴.

Hume, contudo, mostra que o raciocínio humano não está pautado em conclusão extraída de uma análise racional, mas da influência de um mecanismo epistemológico, o qual opera de forma vegetativa, agindo sobre o espírito humano pelo hábito, por isso afirma: “Com efeito, sempre que a repetição de algum ato ou operação particular produz uma propensão de renovar o mesmo ato ou operação sem que sejamos impelidos por qualquer raciocínio ou processo do entendimento, dizemos que essa propensão é um efeito do hábito”²⁵. Deborah Danowski, auxiliando na interpretação do que seja este hábito descrito por Hume, afirma que a relação de causa e efeito é uma tendência maior que o hábito causa na imaginação, passando de uma ideia presente à ideia de causa ou efeito, mediante a sucessões observadas repetidas vezes²⁶.

Deste modo, através da observação dos objetos externos, considerando a ação causal, não é possível, a partir da observação de um único caso, que se possa descobrir uma conexão necessária, definida pela relação de causalidade, ou seja, partindo da observação de um objeto o homem não é capaz de chegar a uma ideia de causalidade entre os fatos²⁷. Assim, quando um objeto ou evento natural se revela, não há nada nele e nenhuma sagacidade que permita ao homem descobrir, *a priori* – sem o auxílio da experiência, o que se sucederá após revelar-se²⁸. A crença numa causalidade é gerada, então, por meio da constatação empírica do homem acerca da sucessão das ideias dos objetos e eventos naturais presentes na memória, por isso Hume afirma: “A crença dá a essas ideias mais força e influência;

²⁴ Cf. HUME, 2009, p. 134.

²⁵ HUME, 2009, p. 151.

²⁶ Cf. DANOWSKI, 1990, p. 7.

²⁷ Cf. HUME, 1999, p. 125.

²⁸ HUME, 2009, p. 137.

faz que pareçam mais importantes, fixa-as na mente; e as torna princípios reguladores de todas as nossas ações”²⁹. A tarefa é, portanto, verificar qual o procedimento epistemológico é responsável por intensificar uma ideia em sua força e vivacidade a ponto de gerar o sentimento de crença que não acrescenta em nada a ideia, “... mas apenas transforma nossa maneira de a conceber, tornando-a mais forte e vívida”³⁰, pois, através de uma impressão presente, a mente liga-a a uma repetição passada, sem nenhum raciocínio, estabelecendo uma verdadeira crença nesta conexão.

2. Interpretação da Filosofia humeana

Após apontar as principais características de David Hume acerca da origem das crenças epistêmicas no homem, é mister, então, considerar as construções de duas correntes, como método, para progredir na interpretação de sua filosofia, a saber: o ceticismo e o naturalismo. Deve se entender essas perspectivas não como esgotamento da filosofia humeana, mas são meios pelos quais, ainda que contrapostos, obter entre eles aspectos que aprimorarem a interpretação da teoria do conhecimento de Hume. Por isso se faz necessário para esta pesquisa um desenvolvimento sobre a consequência dessas duas perspectivas, para que, diagnosticando-as, possam-se tirar os dados relevantes para a resposta acerca da noção da crença.

2.1. Análise cética

Hume defende uma espécie de ceticismo como predisposição para toda e qualquer investigação filosófica para que não se incorra o erro dos metafísicos³¹ – algo semelhante com a dúvida metódica proposta por Descartes em sua filosofia – mas sua finalidade, neste caso, seria gerar certa suspeita ou dúvida geral em seu entendimento, bloqueando as paixões e devaneios que podem tirar a filosofia de seu eixo central.

Na quarta parte do *Tratado*, pode-se verificar um dos momentos céticos mais notórios de Hume, onde oferece um

²⁹ HUME, 2009, p. 127.

³⁰ HUME, 2009, p. 131.

³¹ HUME, 1999, p. 187.

argumento em que pretende mostrar que “... tudo é incerto, e que nosso julgamento em coisa alguma possui *nenhuma* medida de verdade e falsidade...”³². Este ceticismo acerca da razão é apresentado em duas partes principais. A primeira parte conclui que “todo conhecimento degenera em probabilidade”³³, e a forma com que ele chega a essa conclusão está baseada nos dados da experiência, a saber:

Em cálculos longos ou importantes, os comerciantes raramente confiam na certeza infalível dos números; em vez disso produzem, pela estrutura artificial dos registros contábeis, uma probabilidade que ultrapassa aquela que deriva da habilidade e experiência do contador. Pois esta, por si só, já constitui claramente um grau de probabilidade, embora incerta e variável, segundo o grau da experiência e complexidade do cálculo. Ora como ninguém sustentaria que nossa certeza em um cálculo complexo excede a probabilidade, posso afirmar com segurança que não há praticamente nenhuma proposição numérica sobre a qual possamos ter uma certeza mais completa. (HUME, 2009, p. 216).

Visto que as construções mentais são, muitas vezes, passíveis de erro, precisa-se, então, de um segundo julgamento sobre a dúvida verificada para saber se foi desempenhada a demonstração corretamente, o qual é somente provável, porquanto há sempre adição de novas probabilidades, pois a força que o hábito produz no homem aumenta gradativamente a crença. Deste modo, acaba-se reduzindo o juízo a uma probabilidade a partir da justificativa em base a experiências observadas na vida diária³⁴.

Na segunda parte, apelando a uma segurança dos juízos, Hume afirma que a força de qualquer julgamento de probabilidade deverá ser diminuída até sua redução a nada, pois, em todos os julgamentos de probabilidades, irá corrigir o primeiro julgamento por outro, ambos derivados da natureza do entendimento³⁵, chegando, como ele mesmo coloca, “a uma total extinção da crença e da

³² HUME, 2009, p. 216.

³³ HUME, 2009, p. 121.

³⁴ Cf. HUME, 2009, p. 215.

³⁵ Cf. HUME, 2009, p. 122.

evidência”³⁶. Isso se dará por meio de um árduo trabalho, até a sua diminuição infinita, para que essa probabilidade pereça até o “nada”, acerca desse “nada”. Folegin explica que se trata de um modo teórico onde a crença é diminuída até a anulação da mesma, retratando, assim, um ceticismo não mitigado³⁷.

A concordância de Hume com esse argumento, porém, não o torna um cético, já que um cético radical é aquele que não acredita em nada. Considera, dessa forma, que a crença influencia o homem, ou seja, um cético total impossibilita sua existência, por isso não ocorre a extinção da crença, haja vista que a natureza nos determina a agir³⁸, pois a crença não é um simples ato do pensamento que seria destruída pela suspensão do juízo, mas um arraigado na mente humana pela carência reflexiva que se impõe pela crença. Ele reconhece, com isso, através de sua análise, uma fraca condição das faculdades humanas³⁹, surgindo, então, um desespero cético, porque se encontra frente ao dilema de não se deixar levar pela fantasia, mas, por outro lado, sabe que o agir do entendimento deixa pouca evidência tanto na filosofia, quanto na vida comum⁴⁰. Por este dilema, Hume é conduzido a uma angustia cética, determinado a abandonar toda crença e qualquer manifestação da razão⁴¹.

Para que ele possa ser resgatado desta angustia, recorre-se, forçadamente, a um retorno à vida comum, mesmo sabendo que irão retornar as especulações pela sua curiosidade intelectual. Por isso, Hume propõe uma espécie de ceticismo acadêmico, com a finalidade de extinguir o dogmatismo e refutar as propensões intelectuais metafísicas, com duas intenções: a primeira, de refutar a ficção filosófica do dogmatismo metafísico e, deste modo, a segunda intenção é a de esclarecer ao homem, através do método empírico, o conhecimento da sua natureza e do mundo. O ceticismo humeano,

³⁶ Cf. HUME, 2009, p. 122.

³⁷ Cf. FOLEGIN, 2007, p. 105.

³⁸ Cf. HUME, 2009, p. 216.

³⁹ “Como posso estar seguro de que, ao abandonar todas as opiniões estabelecidas, estou seguindo a verdade? E por meio de que critério a distinguirei, mesmo que a sorte finalmente vá até ela?” (HUME, 2009, p. 297).

⁴⁰ Cf. HUME, 2009, p. 300.

⁴¹ Cf. HUME, 2009, p. 301.

portanto, quer estabelecer o papel da ciência da natureza humana e seu limite.

2.2. Análise naturalista

Muitos estudiosos, ao contrário, não veem o ceticismo de Hume como fundamento final de sua teoria, sustentando que há uma dimensão tão ou mais importante que é o naturalismo. Esta corrente afirma que a filosofia humeana quer destacar o valor das crenças naturais para o homem, sem as quais não poderia recusar para viver. Hume compreende a indução como um ato comportamental, visto que através das experiências passadas, não de um raciocínio, forma-se uma crença que por meio da observação da impressão presente leva a imaginação conceber uma conexão necessária, esta que auxilia o homem a sobreviver, como Quine afirma: "... criaturas inveteradamente erradas nas suas induções têm uma tendência patética, porém louvável, de morrer antes de reproduzir sua espécie"⁴². A interpretação naturalista, contudo, quer demonstrar que o ceticismo humeano não é total, mas pressuposto para a invariável força natural que faz nascer nos homens crenças básicas, como a de causalidade.

Esse segundo modo de interpretação da filosofia de David Hume considera que o intuito não é de destruir o conhecimento, mas ressaltar a importância que os instintos e as crenças têm para o homem, em sua vida e, também, para as ciências morais e naturais. Isto posto, pode-se observar que há dois modos de se entender essa perspectiva naturalista, a saber: o primeiro modo, após verificar que as crenças humanas em sua maioria não conseguem ter uma justificativa racional, torna-se inevitável considerar a importância das ações e operações naturais para a vida do homem; o segundo é a tentativa filosófica de demonstração, através dos métodos das ciências naturais investigarem, quais são os princípios psicológicos que levam o homem, por meio da experiência, a formar as crenças, ou seja, por defender um naturalismo, entende-se que ele é o melhor método de investigação das ciências morais e sociais, como Hume explica: "Portanto, nessa ciência, devemos reunir nossos experimentos mediante a observação cuidadosa da vida humana, tornando-os tais

⁴² QUINE, 1980, p. 192.

como aparecem no curso habitual do mundo, no comportamento dos homens em sociedade, em suas ocupações e prazeres”⁴³.

Por meio desta corrente naturalista, admite-se que Hume elaborou uma teoria psicológica, onde demonstra que, através das crenças naturais, os homens conseguiram superar as dificuldades que enfrenta a justificação racional. Essas crenças podem ser tomadas como instintivas e naturais e são universalmente aceitas entre os homens, como afirma Strawson, ao dizer que mesmo diante dos argumentos céticos, o homem, baseado nas regras da indução, não pode deixar de formar crenças e expectativas, pois mesmo carecendo de uma justificativa, há uma garantia da natureza⁴⁴.

Diante da constituição da força da natural, obtida pela crença, no homem, a razão, frente às crenças nas questões de fato e de existência, ainda tem um papel importante, mesmo que subordinado⁴⁵. Na análise humeana, pode-se notar que a filosofia experimental necessita do aparato da razão para que opere corretamente, pois oferece regras para que possa elaborar juízos acerca dos eventos na mente do homem, como o próprio Hume afirma: “a razão não é senão um maravilhoso e ininteligível instinto de nossas almas, que nos conduz por uma certa sequência de ideias, conferindo-lhes qualidades particulares em virtude de suas situações e relações particulares”⁴⁶.

Esta postura naturalista não quer demonstrar um apego às diversas tendências da natureza humana e nem se fiar incredulamente a elas, mas sim, refletindo sobre as mesmas, alcançar um equilíbrio, que Smith denomina de um ceticismo mitigado⁴⁷. Os filósofos que defendem esta tese acreditam que a interpretação humeana acerca do ceticismo não é um argumento filosófico, e sim psicológico, como Hume explica: “... a crença é mais propriamente um ato da parte sensitiva que da parte cogitativa de nossa natureza”⁴⁸. Desse modo, seria um equívoco achar que a compreensão adequada da filosofia humeana consiste num ceticismo, que pode ser nocivo se for empregado com exagero. Portanto, o naturalismo humeano não

⁴³ HUME, 2009, p. 24.

⁴⁴ Cf. STRAWSON, 2008, p. 10-14.

⁴⁵ Cf. HUME, 2009, p. 450.

⁴⁶ HUME, 2009, p. 212.

⁴⁷ Cf. SMITH, 1995, p. 189.

⁴⁸ HUME, 2009, p. 217.

conduz a um ceticismo, mas é uma terceira via entre o ceticismo e o dogmatismo.

Seria incoerente, nesta pesquisa, reduzir o pensamento humeano a um ceticismo ou naturalismo, pois o uso que Hume faz dessas perspectivas é mais instrumental que conclusivo, ou seja, nenhuma das duas correntes interpretativas são levadas a termo por Hume, mas, sem dúvidas, auxiliam numa correta investigação acerca da origem do entendimento humano.

Segundo Hume, deixar de crer que a Natureza é uniforme e que o mundo exterior é real, seria nocivo ao homem. Estas crenças fazem parte da natureza humana e na vida cotidiana, por isso não se consegue pensar nem agir na sua ausência. Os argumentos céticos são impotentes para destruir muitas crenças, no entanto, elas têm certa importância prática, como afirma Hume. Como se observou as capacidades de conhecimento do homem são limitadas, conseqüentemente deve-se evitar o dogmatismo no pensamento e na tomada de decisões, assim como, evitar investigações demasiado especulativas.

O cético moderado⁴⁹ caracteriza-se por ter estas atitudes. Dado que está consciente das limitações do entendimento humano, tem uma mente aberta ao mesmo tempo que rejeita todas as pretensões ao conhecimento em questões demasiado distantes da experiência, como Hume descreve: “Se nem sequer podemos apresentar uma razão satisfatória para acreditar, depois de mil experiências, que uma pedra vai cair, ou que um fogo vai queimar, como poderíamos nos dar por satisfeitos quanto a qualquer decisão que viéssemos a tomar sobre a

⁴⁹ O ceticismo mitigado ou moderado significa um momento importante na argumentação humeana, onde a metafísica – ficção filosófica – é refutada. Ele limpa o terreno para o segundo passo: provar que é apenas através do método empírico, da experiência, que podemos conhecer a natureza. Seu objetivo inicial era o de produzir um relato científico das operações da mente humana, e o resultado seria um sistema com somente um tipo de objeto, percepção e algumas maneiras nas quais são produzidas. As perspectivas do ceticismo e do naturalismo, portanto, motivaram e, ao mesmo tempo, estabeleceu os limites da ciência da natureza humana sem o qual, é útil recordar, nenhuma ciência da natureza humana seria possível. (Cf. KIRALY, 2000, p. 42-45).

origem dos mundos e a situação da Natureza, desde o início até ao fim da eternidade”⁵⁰.

3. Conclusão

Tendo em vista os aspectos observados, a análise da filosofia de David Hume que constituiu sua ciência do homem, ultrapassa as pretensões racionalistas e, com seu ceticismo e naturalismo, busca as origens do conhecimento humano em sua própria natureza, podendo se afirmar que essas duas interpretações distintas não são incompatíveis. Contudo, não se pode esquecer os muitos caminhos que a investigação de Hume pavimentou – ceticismo e naturalismo – e, principalmente, a junção entre as tendências em sua filosofia. Sabe-se, hoje, que Hume organizou diversas perspectivas em sua filosofia, mas, ainda assim, permanece o desafio exegético entender como ele o fez, desafio este fundamental na tentativa de compreensão do humano e de suas crenças. Depois da crítica de autores, tanto os que defendem o ceticismo – Poklin, Fogelin – como os que defendem o naturalismo – Kemp-Smith, Stroud, Monteiro – é praticamente impossível manter o reducionismo extremo e um fundacionismo, mesmo com forte apelo argumentativo.

Com efeito, aspectos primordiais da filosofia de Hume permanecem atuais como eram em sua época, tais como a busca da origem do conhecimento, bem como sua justificação e a crítica a uma metafísica puramente especulativa, aspectos que irão revelar a posição da noção de crença na filosofia humeana. Assim, o essencial da teoria do conhecimento de Hume reside não tanto em seu ceticismo sobre a possibilidade do conhecimento humano e os seus limites, e nem em um naturalismo que deposite a confiança nas crenças adquiridas pela experiência. A postura mais adequada é a de não enquadrar cegamente a filosofia humeana a nenhuma tendência, mas, refletindo sobre elas, chegar a um ponto de equilíbrio, pois, observando que as duas correntes não são contraditórias, o uso que Hume faz é mais instrumental que conclusivo para servirem como meios a uma correta investigação acerca do entendimento humano em sua origem e natureza.

Os resultados céticos de Hume são muito fortes, principalmente na primeira parte do tratado, como meio de colocar em

⁵⁰ HUME, 1989, p. 173.

cheque toda a metafísica tradicional. Deste modo, pode-se observar que não que uma crença justificada na uniformidade da Natureza ou na realidade do mundo exterior é inaceitável. Um cético pirrônico extrairia daqui a conclusão radical de que o homem deve deixar de acreditar que a Natureza é uniforme e que o mundo exterior é real. Hume recusa-se a extrair esta conclusão, pois as crenças servem como guia para que o homem possa viver em seu cotidiano, por isso que seu ceticismo é mitigado ou moderado. Dessa forma, a sua teoria do conhecimento não pode ser enquadrada como um ceticismo ou naturalismo.

4. Referência bibliográfica

- BACON, F. *Novumorganum*. São Paulo: Abril Cultural (Col. Os Pensadores), 1984.
- BERKELEY, G. *Tratado sobre os princípios do conhecimento humano*. 5.ed. São Paulo: Nova Cultural (Col. Os Pensadores), 1992.
- DANOWSKI, D. *O lance de dados de David Hume*. In: O que nos faz Pensar, 2, jan, 1990, p. 5-16.
- FOGELIN, R. *A tendência do ceticismo em Hume*. In: Sképsis, ano I, n. 1, 2007.
- HUME, David. *An Enquiry concerning Human Understanding*. Oxford: Oxford University Press, 1999.
- _____. *Investigação acerca do entendimento humano*. São Paulo: Nova Cultural, 1989 (Col. Os Pensadores).
- _____. *Tratado da Natureza Humana* (trad. Débora Danowski). São Paulo: UNESP, 2009.
- LOCKE, J. *Ensaio acerca do entendimento humano*. São Paulo: Abril Cultural (Col. Os Pensadores), 1978.
- KIRALY, Cesar. *Os limites da representação: um ensaio desde a filosofia de David Hume*. São Paulo: Giz Editorial, 2000.
- MONTEIRO, João Paulo. *Novos estudos humeanos*. São Paulo: Discurso Editorial, 2003.
- SMITH, Plínio J. *O ceticismo de Hume*. São Paulo: Loyola, 1995.
- STRAWSON, P. F. *Ceticismo e Naturalismo: algumas variedades*. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2008.
- QUINE, W. *Espécies naturais*. In: Ryle, G. et al. *Ensaaios*. São Paulo: Abril cultural, 1980, p. 185-199.